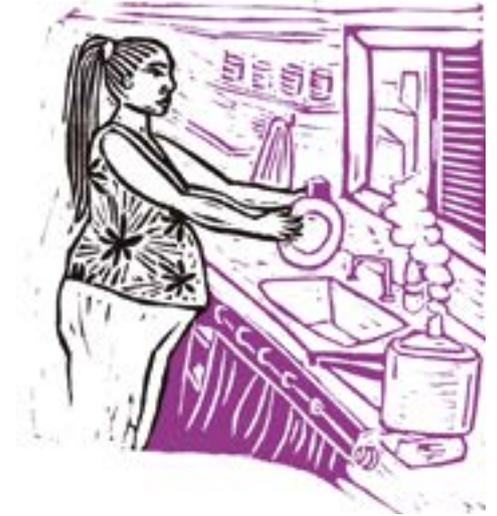




SOS CORPO

Instituto Feminista  
para a Democracia

# LEITURA CRÍTICA



## Monitoramento de políticas públicas a serviço da luta feminista



<b>Introdução</b>	<b>05</b>
<b>O que são exatamente políticas públicas?</b>	<b>06</b>
<b>Monitoramento de políticas públicas: do que estamos falando?</b>	<b>09</b>
<b>Metodologias feministas no monitoramento de políticas públicas</b>	<b>13</b>

**Elaboração:**

Natália Cordeiro Guimarães

**Revisão:**

Déborah Guaraná e Fran Ribeiro

**Projeto Gráfico e Diagramação:**

Déborah Guaraná

**Ilustrações:**

Luiza Morgado

Recife, maio de 2023





## Introdução

Um desafio central do feminismo é pensar a relação entre a luta por direitos – que muitas vezes se materializa através das políticas públicas – e o processo de transformação social, levando em consideração a etapa histórica e do contexto social no qual nos inserimos. Por um lado, a luta por direitos exige uma reflexão ampla sobre a relação entre igualdade e capitalismo, patriarcado e racismo, pois à medida que esse sistema, imbricado nestas três dimensões, reproduz-se gerando desigualdade, é impossível, do ponto de vista teórico, político e histórico, conceber a igualdade como horizonte factível dentro da lógica capitalista, patriarcal e ra-

cista. Por outro lado, o contexto do neoliberalismo atual faz crescerem as tensões causadas pela incompatibilidade entre o grau de acumulação de riqueza e a democracia liberal (Ávila e Ferreira, 2023).

Nesse sentido, a reivindicação de direitos humanos, civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambiental é uma forma de reconfigurar a relação entre igualdade e liberdade, em contraposição à visão liberal de mercantilização dos direitos. De modo que provocar rupturas é um desafio da práxis feminista, inclusive na sua ação frente ao Estado na defesa de políticas públicas que assegurem a vivência real de direitos. Na

conjuntura atual na qual se aprofundam a exploração-dominação capitalista, patriarcal e racista e a ofensiva contra a democracia e contra os direitos conquistados, a luta por sua garantia assume necessariamente um caráter antissistêmico. E esse caráter antissistêmico se fortalece na medida em que estas lutas confrontam as estruturas e desigualdades produzidas por esse sistema (Ávila e Ferreira, 2023).

Por isso, para nós do SOS Corpo, o monitoramento de políticas públicas é uma das estratégias necessárias para garantir direitos no curto/médio prazo que viabilizem a luta por transformação social a longo prazo.

Ainda de maneira introdutória, é importante destacar que o SOS Corpo já experimentou distintas formas de realizar monitoramento de políticas públicas a partir do enfoque feminista: sozinho, articulado com outras organizações e/ou com movimentos de mulheres. Em todas elas, mantemos o objetivo de subsidiar os movimentos feministas na luta por direitos que se efetivem na vida cotidiana das mulheres.

## O que são exatamente políticas públicas?

Há uma série de definições em torno do conceito de políticas públicas, cada uma vinculada ao projeto de sociedade que se deseja construir. Aqui estamos considerando-as enquanto um curso de ação adotado pelo Estado para solucionar problemas pertinentes à esfera pública da sociedade, considerando, neste processo, a escuta ativa dos sujeitos individual e coletivo. Os estudos que se debruçam sobre as políticas públicas buscam compreender como, quando e por que governos decidem seguir determinadas estratégias de ação. As ações de resistência, acompanhamento e crítica sobre as estratégias governamentais também tem o poder de influenciar e alterar o rumo da implementação dessas políticas, para que possam ser atendidas as demandas e necessidades apresentadas por diferentes categorias sociais – homens, mulheres, população negra, idosos(as), juventudes, população LGBTQIA+, população indígena e tradicional, dentre outras.

Nesse sentido, as interações cotidianas entre a sociedade e os serviços prestados pelo Estado são cruciais pois, por um lado, podem originar recursos indispensáveis para minimizar os problemas associados às desigualdades sociais, oferecendo oportunidades de inserção e desenvolvimento humano; e por outro, podem atuar no sentido contrário, contribuindo para a manutenção desses sujeitos em posições sociais subalternizadas. Isso porque as políticas públicas não são entidades abstratas que operam de maneira neutra. Elas são complexas e envolvem uma série de relações de poder devido a sua magnitude em termos de: amplitude do público atendido, quantidade de atores técnicos e políticos envolvidos e arquitetura dos arranjos operacionais de agentes e instituições implicados na produção dos serviços e bens públicos.

Portanto, em contextos sociais marcados por profundas desigualdades, como é o caso brasileiro, as

discussões sobre políticas públicas precisam levar em consideração as relações sociais de base capitalista, racista e sexista que levam à conformação de um Estado autoritário, colonial-racista, discriminador e patrimonialista, características marcantes da formação sócio-histórica deste país. É preciso ainda considerar que as políticas públicas são moldadas de maneira imbricada às estruturas nas quais os atores sociais e políticos operam e de acordo com ideias que eles sustentam. Portanto, é razoável supor que o desenho e a implementação das políticas têm influência das percepções e expectativas construídas socialmente sobre aquilo que é definido como objeto de intervenção pública e sobre o que é apontado como demanda do público a ser atendido pela ação governamental.

Diante dessa discussão, é possível dizer que, se do ponto de vista técnico-político as políticas públicas se constituem como um conjunto de objetivos e diretrizes que orien-

tam os programas e projetos de ação governamental, condicionando sua execução; na prática, ao não se constituírem como instrumento de enfrentamento das desigualdades de raça, classe e gênero no acesso aos serviços e equipamentos públicos, essas políticas têm grande chance de reproduzir relações de dominação.





## Monitoramento de políticas públicas: do que estamos falando?

Entendemos que o ato de monitorar significa verificar como as ações estabelecidas pela política estão sendo realizadas e quais os resultados dessas ações. Isso pode ser feito a partir do olhar específico para uma das diversas etapas do ciclo de políticas públicas (definição de agenda, formulação, implementação e avaliação) ou a partir do olhar da política como um todo.

Na nossa experiência, monitoramento de política pública é um instrumento inicial de controle social sobre os re-

sultados da ação governamental. Ele tem como objetivo construir coletivamente, em curto, médio e longo prazo, informações e proposições que contribuam para o aprimoramento destas políticas a partir da construção de uma visão sobre o grau de relevância da ação pública para a comunidade, em especial as mulheres populares e negras.

E, em termos estratégicos para o campo feminista, em especial enquanto Instituto, a produção do conhecimento gerada pelo monitoramento de deter-

## “Almejamos que as políticas públicas deixem de ser espaço de reprodução de dominação e que possamos experimentar outra relação Estado-sociedade”



minados campos de direitos é tanto um instrumento político para incidência na efetivação destes, como também serve para dar visibilidade aos desafios de sua efetivação em diferentes escalas – do local ao nacional.

A ideia é que nossa iniciativa de monitoramento produza informação e análise de políticas públicas considerando as possibilidades de atuação articulada com o movimento de mulheres e de incidência sobre gestores/as públicos.

Pretendemos subsidiar tanto os movimentos feministas, de mulheres e outros movimentos sociais para que formulem estratégias de incidência sobre as políticas públicas, como também os meios de comunicação (em especial os meios alternativos) e a sociedade de forma mais ampla, no intuito de promover o debate público e enfrentar o conservadorismo e fundamentalismo dominantes na atualidade. Pretendemos ainda gerar insumos para uma atuação governa-

mental que tenha interesse em se basear nas reflexões e apontamentos da sociedade civil sobre a formulação, implementação e avaliação de políticas para mulheres a partir do nosso lugar de instituto feminista.

A partir da adoção de metodologias que possibilitem o controle social sobre o resultado das intervenções governamentais, almejamos que as políticas públicas deixem de ser espaço de reprodução de dominação e que possamos experimentar outra relação Estado-sociedade. Isso porque, para nós, o monitoramento é parte de um projeto mais amplo de intervenção nas políticas públicas, luta por direitos e fortalecimento dos movimentos de mulheres com potencial de reconfigurar a relação sociedade-Estado e instituir processos contra hegemônicos que alterem o viés discriminador que marca grande parte do fazer institucional do Estado.

## Metodologias feministas no monitoramento de políticas públicas

As metodologias adotadas por nós se baseiam nas reflexões propostas pelas epistemologias feministas, ou seja, pressupõem que

- 1) levamos em conta as formas como as diversas mulheres existem, pensam e atuam no mundo;
- 2) validamos a produção de conhecimento a partir da experiência;
- 3) levamos em consideração que o conhecimento é produzido por sujeitos situados e que, portanto, tem gênero, raça, classe, território, vivência afetivo-sexual, pois apreendem o mundo a partir disso; e
- 4) colocamos no centro do debate a relação entre sujeito e objeto ou pesquisadora e pesquisada como uma relação de poder e refletimos as implicações disso.

As metodologias feministas assumem o caráter intrínseco das abordagens críticas, tendo como objetivo comum a mudança social. Nesse sentido, nosso monitoramento de políticas públicas pretende contribuir para o enfrentamento das desigualdades de raça, classe e gênero; para a ampliação dos espaços de planejamento participativo; para a verificação do que foi planejado, executado e quais dificuldades encontradas nesse trajeto; para a verificação do grau de institucionalização da política e da destinação orçamentária; para a prestação de contas dos recursos públicos investidos e constatação de se o que vem sendo feito pelo Estado está em acordo com as demandas da sociedade civil, em especial das mulheres populares e negras.



A complexidade das investigações feministas envolve a preocupação com todo o processo de condução da investigação, partindo da escolha do delineamento a ser utilizado na pesquisa, dado que diferentes métodos conduzem a diferentes resultados e entendendo que essa escolha deve ser feita pautada nas perguntas que se pretende responder com uma determinada análise. Para nós, as metodologias feministas não se referem estritamente a técnicas específicas de coleta de dados, mas ao impacto das relações sociais que estruturam a sociedade na produção do conhecimento.

Nesta perspectiva, são igualmente válidas diversas abordagens de pesquisa, qualitativas ou quantitativas, desde que construídas e analisadas sob uma perspectiva feminista, antirracista e anticapitalista.

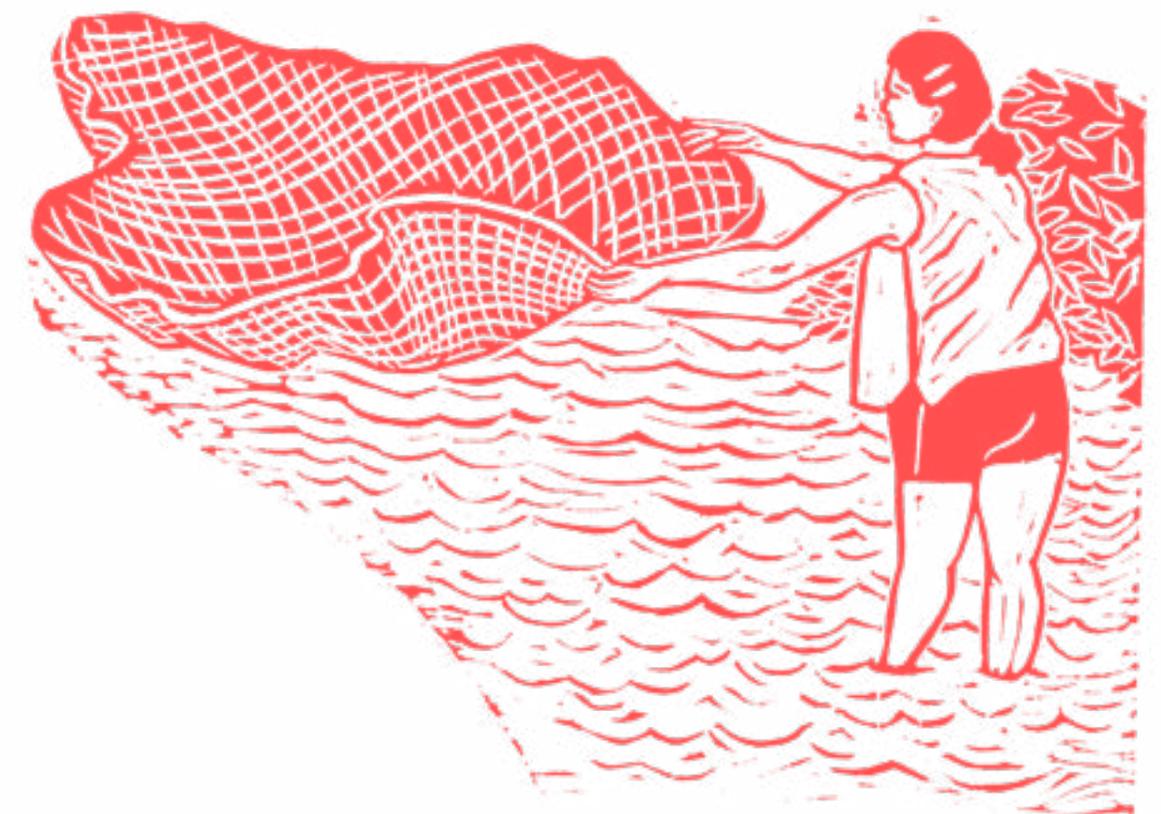
Para concretizar esta metodologia de monitoramento de políticas públicas no SOS Corpo definimos como prioridade para 2023 os campos das políticas de 1) enfrentamento à violência contra as mulheres; 2) direitos sexuais e

direitos reprodutivos; e 3) assistência social.

Serão cinco publicações ao longo do ano: a primeira sendo essa, que introduz as nossas reflexões sobre como o monitoramento de políticas públicas pode estar à serviço da luta feminista; seguido dos seguintes publicações: morte materna; mobilidade urbana, violência contra as mulheres e assistência social.

Utilizaremos como instrumentos documentos orientadores baseados em referências conceituais, documentos referentes às políticas públicas sob análise; bancos de dados relativo às políticas públicas sob análise; entrevistas e grupos focais com usuárias e/ou trabalhadoras das políticas, bem como com militantes de movimentos sociais feministas ou gerais; visitas aos serviços; e rodas de diálogo.

Os nossos achados serão publicados em notas técnico-política periódicas, as quais denominamos Leituras Críticas, contendo nossa análise sobre os mesmos e indicações.



Nesta publicação foram usadas as fontes Rajdhani e PT Sans

© Copyleft, 2023, SOS Corpo

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.



O SOS Corpo nasceu em tempos de insurgência política. Fundado no ano de 1981 por um grupo de mulheres militantes do feminismo em Pernambuco, o Instituto mantém até hoje seu caráter insurgente, confrontativo. Com projeto político coletivo autogestionário, o SOS Corpo é renovado continuamente por diferentes gerações de mulheres feministas que desenvolvem ações políticas, pesquisa, educação e comunicação.

Nosso coletivo atua na promoção de igualdade de gênero, raça e classe, fortalecendo a auto-organização das mulheres e do movimento feminista, com o intuito de alargar o sentido da democracia e fazer avançar a transformação social feminista antirracista, anticapitalista e ecossocial em que acreditamos.

Toda a produção de conhecimento do coletivo está disponível para download em nosso site.

**SOSCORPO.ORG.BR**

APOIOS:

**Brot**  
für die Welt

**OAK**  
FOUNDATION